## **PORTARIA N° 10/2025**

Dispõe sobre a instituição da Comissão Especial de Credenciamento no âmbito da Administração Pública Municipal direta e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública,

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetividade ao processamento dos procedimentos administrativos de credenciamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 78, inciso I;

CONSIDERANDO a demanda por estruturação técnica e administrativa adequada para garantir o correto julgamento dos processos de chamamento público para fins de credenciamento de prestadores de serviços;

## **RESOLVE:**

- Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Licínio de Almeida BA, a Comissão Especial de Credenciamento, com a finalidade de planejar, conduzir, instruir, analisar e julgar os processos de chamamento público voltados ao credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços ou fornecimento de bens à Administração Pública Municipal.
- Art. 2º. A Comissão Especial de Credenciamento será composta pelos seguintes servidores efetivos ou ocupantes de cargo técnico designados:
- I ÉDEN RODRIGUES BALEEIRO, na qualidade de Presidente;
- II GABRIEL DOMINGOS BARBOSA DA SILVA;
- III VALDECI APARECIDO MENDES RIBEIRO.

- § 1º A Comissão atuará de forma colegiada e deliberará por maioria simples. § 2º A função de membro da Comissão Especial de Credenciamento não ensejará remuneração adicional, sendo considerada serviço público relevante.
- Art. 3º. Compete à Comissão Especial de Credenciamento:
- I Elaborar minutas de editais de chamamento público para credenciamento, observando a legislação vigente;
- II Analisar a documentação apresentada pelos interessados, conforme critérios previstos nos editais;
- III Emitir pareceres técnicos e administrativos fundamentados;
- IV Propor, quando necessário, diligências para complementação de informações;
- V Registrar as decisões de habilitação ou inabilitação, com a devida motivação;
- VI Providenciar os registros e encaminhamentos pertinentes à homologação e publicação dos atos administrativos decorrentes do credenciamento;
- VII Exercer demais atribuições relacionadas ao correto processamento dos procedimentos de credenciamento, nos termos da legislação aplicável.
- Art. 4º. Os trabalhos da Comissão seguirão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, observando os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis.
- Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Licínio de Almeida - BA, 21 de Maio de 2025.

RONEY FRANCISCO COTRIM
Prefeito Municipal